

ENTREVISTA COM MAGALI DA SILVA ALMEIDA*

PIONEIRISMO DA DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL

Primeiramente o debate sobre o racismo, preconceito e discriminação racial da população negra reflete uma inquietação da sociedade brasileira, sobretudo nos anos de 1980. A conjuntura expressava a ascensão de vários movimentos sociais importantes, dentre os protagonistas estavam os movimentos negros. A Constituinte em 1988 consagra a criminalização do racismo, legitimando a luta antirracista no Brasil, historicamente, protagonizada pelos negros e negras. Neste mesmo ano, ocorria a celebração oficial dos 100 anos da Abolição, e o então presidente José Sarney reforça o “13 de maio” como a data celebrativa prestando homenagem à princesa Isabel. Os Movimentos Negros (MN) se organizam nacionalmente com intuito de desmascarar a falácia da “democracia racial”, reforçando seu caráter de mito, e denunciam de forma organizada o racismo antinegro perpetrado pelo Estado e suas instituições. E nós – aqui coloco-me como militante do MN – nos engajamos na construção da Marcha Contra a Farsa da Abolição. Quando os MN assumem essa bandeira, essa agenda, eu estava militando no Conselho Regional de Serviço Social no Rio de Janeiro (na época CRAS-RJ), no cargo de vice-presidenta. Lembro-me que coloquei em pauta na reunião do conselho pleno do então CRAS a necessidade da entidade assumir essa bandeira de luta, ou seja a luta contra o racismo e suas mazelas. Assim, assumimos essa luta. Então, a nossa entidade é uma das entidades dos trabalhadores que, em conjunto com o MN, organiza a Marcha de 1988, participando do núcleo de organização estadual. Por conta dessa participação, passamos a ser uma referência para as outras entidades de classe no Rio de Janeiro sobre esse tema. Abrimos um leque de articulações do ponto de vista regional e estadual. Particpei de muitos eventos no estado, fora do município do Rio de Janeiro, fui a todos os municípios da Baixada Fluminense, Campo Grande- Zona Oeste e demais regiões.

Tem um registro histórico que até hoje não consegui recuperar. Trata-se de uma edição exclusiva do CEAP, sobre o centenário da Abolição na qual uma foto registra a presença do CRAS na capa da revista. Segurávamos um cartaz com o texto: “Pela vida, pela paz, racismo nunca mais. CRAS- 7ª Região”. É

* Profa. Adjunta na UFBA. Professora aposentada da UERJ.

Esta entrevista foi realizada por Ricardo de Souza Janoário, Roseli Rocha e Sheila Dias.

necessário resgatar esse registro. O que eu quero dizer com essa memória é que a participação das assistentes sociais nesse movimento marca o pioneirismo da profissão e da regional do Rio de Janeiro nessa luta. Outro fato marcante foi em 1989 no VI CBAS, realizado em Natal, quando um grupo de assistentes sociais de São Paulo e do Rio de Janeiro participaram apresentando suas teses sobre o Serviço Social e a questão racial. É interessante destacar que o CBAS na época tinha como direção nacional a ANAS, e as comunicações (na época eram denominadas “teses” eram aprovadas em grandes assembleias. Era necessário sair do plenário e defender a tese publicamente. O Pré-CBAS de 1989 foi na UERJ. Então Fátima e eu defendemos a tese intitulada “Serviço Social e os Bastidores do Racismo”. Aprovada a nossa tese, fomos aplaudidas de pé. E foi assim que o tema chegou ao CBAS. Ainda, tínhamos um problema, pois não havia um GT específico para a questão étnico-racial. Todo debate sobre diversidade humana foi encaminhado para o eixo temático “Análise de Conjuntura Econômica, Política e Social na Realidade Brasileira e no Contexto Latino- Americano Referenciado ao Capitalismo Internacional”. O nosso trabalho abordou a as expressões da questão social e as determinações do racismo no marco do capitalismo. A relação raça e classe. Parte da Memória do Congresso Chico Mendes (assim denominado) foi publicado pela Cortez, em 1991, sob o título “Serviço Social: as Respostas da Categoria aos Desafios Conjunturais- Congresso Chico Mendes, como afirmei, organizado pelas entidades nacionais da categoria, ANAS, CFAS, ABESS e SESSUNE.

É muito importante mencionar que a discussão racial e a ação antirracista com vistas a combater o preconceito recebeu tanto a influência do movimento negro como de alguns partidos políticos “de esquerda” na época. O MN teve uma estratégia muito importante, e uma delas defendia o seguinte pensamento: onde o negro está é necessário fazer a política antirracista. Ou seja, onde quer que estivéssemos, teríamos a tarefa de combater o racismo e as instituições a seu serviço. O MNU que reforçava essa linha. Parte dos negros estava em partidos diferentes, por exemplo, Lélia Gonzales estava no PT e depois foi para o PDT, eu fui de uma corrente interna do PT. Do ponto de vista partidário, avançamos muito. Primeiro, porque ousamos trazer este debate para as instituições de representação político- partidárias. Nossa militância não era interna ao sindicato ou em partido – era no Movimento Social. Nossa tarefa era trazer os negros, perceber onde o negro estava. Onde estivesse a “negrada”. É importante mencionar que o debate era direcionado ao negro. O negro deveria militar para

as bases. Eu costumava militar, em Queimados, na praça, na feira de domingo, nos bailes, pelo partido, pelo PT (fazia parte de uma tendência trotskista). O tema da questão racial começou a ficar muito fortalecido e sem falar no número de pessoas que começamos a trazer. Isso se constituiu em uma crise dentro da tendência. Construímos um partido, posteriormente começamos a construir a Central Única dos Trabalhadores (CUT). O primeiro encontro para construir a Secretaria de Combate ao Racismo foi em São Paulo, nos anos 80. Quem cita esse processo de construção da questão racial no sindicalismo protagonizado pelo movimento negro é a psicóloga e ativista Maria Aparecida Bento do CEERT. Cida Bento, como é carinhosamente conhecida, descreve esse nosso percurso, enegrecendo os partidos e a CUT.

A luta contra o racismo, a luta antirracista faz parte da agenda de lutas do conjunto referendadas nos marcos jurídicos normativos do conjunto CFESS/CRESS. É importante que essa agenda seja demandada pelos assistentes sociais. Se não houver demanda, ela não vai aparecer. Se demandarem, o espaço está garantido. Será uma conquista. Hoje conquistamos um eixo temático no CBAS, a abertura da Revista *Serviço Social e Sociedade* para temas dessa natureza e relevância. Da ordem do CEFESS, as publicações no CFESS Manifesta no 20 de novembro. A campanha nacional que fizemos em 2003 no CEFESS-CRESS, em Salvador. Acredito que, hoje, a temática relativa ao racismo é um fato consumado, não tem retorno. A criação dos GTPs pela ABEPSS. Os programas de pós-graduação estão mais sensíveis ao tema e abrindo suas pesquisas para o campo, embora a produção científica seja incipiente. Mas já existe! Algumas pesquisas como a de Denise Bomtempo, Maria Osanira da Silva e Silva. Em relação à produção no Serviço Social ainda é tímida, acho que o apoio e investimento para publicações sobre o tema ainda são muito pequenos. Sem dizer sobre a presença do racismo institucional que alimenta as instituições e limitam o acesso de negros e negras no ensino superior, seja como estudante ou professor/a e a desigualdades produzidas. Digo pequena, porque temos um número muito grande de negros no Nordeste e constatamos inversamente os/as intelectuais do Nordeste produzindo livros, artigos sobre essa temática. E, ao contrário, temos um número reduzido no Sul-Sudeste e nestas regiões existe um grupo de intelectuais e assistentes sociais que têm produzido mais. Isso reflete a desigualdade concreta. É no Sudeste onde estão os pesquisadores negros dentro da área de Serviço Social com maior destaque. Temos muito poucos no eixo Norte-Nordeste, a presença de professores negros nas universidades públicas e os que estão são invisibilizados.

POLÍTICA DE COTAS PARA NEGROS NA UNIVERSIDADE

O fato do Supremo Tribunal Federal (STF) ter aprovado a política de cotas, por unanimidade, sinaliza um avanço. Estamos falando da Suprema Corte Brasileira, não estamos falando de uma instância menor. Obviamente essa unanimidade não se deu de uma forma isenta de tensões e embates. Eu estava no dia da aprovação, representando o CEFESS e percebi que as mesmas tensões, preconceitos e discriminações, que esse país viveu no século XIX, estavam presentes. Havia pessoas contrárias à política, argumentando com base em pressupostos racialistas. Não reconhece no negro, ou na população negra, um sujeito de direito. Um sujeito merecedor de uma conquista. Se estamos falando de Cotas, estamos falando de uma conquista de uma população que desde sua existência neste país vem relutando contra o racismo e o sistema de exploração e opressão que ele representa. Vejam, estavam presentes no Supremo Tribunal, naqueles dias, naquele espaço, o movimento pela mestiçagem, voltamos novamente ao século XIX. Portanto, todos os setores estavam ali, argumentando e defendendo seus interesses. Colocando suas opiniões a respeito de uma proposta de superação da desigualdade racial, seja pela via da assimilação ou contestação. Todos que estavam ali, reconheciam a desigualdade. O que diferia era forma como essa desigualdade pode ser enfrentada.

O desafio, hoje, é sensibilizar os assistentes sociais, porque nós temos uma função, ou um papel muito importante nessa trincheira. Não precisamos ser negros para entender que a escravidão é um crime de racismo. A Conferência de Durban em 2001 deliberou que o racismo é um crime contra a humanidade. Então, se as instâncias maiores, internacionais reportam que o racismo é um crime contra a humanidade, o nosso desafio é fazer com que os assistentes sociais percebam isso. Que os assistentes, dentro do espaço de trabalho, possam dar visibilidade à discriminação racial e ao racismo institucional e não naturalizá-lo. E como o assistente social garante a visibilidade da discriminação? Sendo mais competente teoricamente, buscando a teoria crítica como mediação para a explicação da realidade na qual a invisibilidade do racismo é produzida. Produzindo indicadores, garantindo o quesito raça/cor nas fichas sociais, elaborando campanhas educativas de combate ao racismo, capacitando os profissionais para reconhecerem as situações de discriminação racial, e procederem o encaminhamento da denúncia. São questões políticas, éticas e também técnico-operativas. Acredito que são esses os desafios.

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

O Estatuto é um instrumento normativo que se materializa na luta política, e que vários atores e atrizes corroboram para sua implementação. E nessa correlação de forças já foi sinalizado por inúmeros intelectuais negros que o Estatuto, de fato, não atendeu à nossa expectativa, por deixar de fora alguns pontos como a questão Quilombola, a questão da terra. Igualmente, o índio também enfrenta nas construções de suas lutas e direitos. Mas, por outro lado, foi uma conquista termos garantido, no item referente à saúde, o texto integral da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra que foi fruto de uma luta intensa no campo da saúde.

A VISIBILIDADE DO NEGRO NOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL

Acho que não é só o negro que está fora da mídia. A mídia burguesa tem um projeto para desqualificar todos os segmentos que têm lutado por conquista de direitos, por exemplo, o negro, a questão da sexualidade. Os programas, hoje, apelam para uma imagem estereotipada das lésbicas e dos gays. A imagem dos negros e negras ainda é reforçada numa posição de inferioridade, subalternidade, na condição de empregado, motorista. Por outro lado, temos visto que há uma luta interna que vem desde lá de trás. Por exemplo, o Teatro Experimental do Negro (TEN). Abdias do Nascimento protagonizou esta luta denunciando a ausência do negro na teledramaturgia. Podemos citar aqui o Zózimo Bulbul, que lutou para apresentar um Cinema Negro no Brasil, e somente agora tivemos acesso ao acervo através do Festival de Cinema. O Zoel Zito, outro companheiro, também desenvolveu pesquisas no sentido de mostrar a ausência do negro na teledramaturgia brasileira. Então, todas essas pesquisas, e uma produção fílmica, rica e complexa é pequena. Não há incentivo. Há racismo. Todavia, não quero dizer que não há negros e negras tentando sair do bloqueio. Hoje, temos o programa Espelho do Lázaro Ramos, isso representa um avanço. Temos vários programas na TV Educativa nos quais vemos negros como apresentadores, por exemplo, no Globo Ciência, o Alexandre Henderson. Temos alguns trabalhos em outras emissoras que não têm o poder de embate com a Rede Globo, o monopólio da Globo. Como tudo no Brasil, acho que ainda temos muito por fazer. Mas ainda assim, percebo que estamos em movimento, mesmo que com muita dificuldade,

mesmo que nossas propostas não passem, mas estamos nos movimentando. Há, por exemplo, um grupo ainda muito pequeno na mídia, mas existe, destaco o ator Lázaro Ramos, e outros muitos que conheço que não quiseram se submeter à mídia oficial, não quiseram esse caminho, escolheram outro. Optaram pela área do teatro, ou num trabalho de apoio.

Outro ponto de análise se dá em relação aos órgãos oficiais: a Petrobrás, Branco do Brasil, algumas empresas têm respeitado a Lei da Diversidade até porque é uma política do Governo. Mas é importante que você tenha um anúncio, uma propaganda de banco com uma família negra. Por outro lado, há uma série de propagandas com ídolos de futebol como Ronaldo e Neymar que utilizam suas imagens em favor do mercado e do capital. Ao contrário, acho importante mencionar o atual técnico do Vitória (Salvador), Cristóvão Borges, que fala com orgulho de sua origem da periferia de Salvador, sobre negritude, fala sobre o racismo no futebol. Acho muito interessante.

MOVIMENTO NEGRO, MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS, MOVIMENTOS POLÍTICOS

Acho que existe, por exemplo, em alguns partidos, a preocupação por parte de alguns militantes em compreender a luta contra o racismo no bojo da luta de classes, porque o racismo é estrutural e, portanto, não existe descolado da luta de classes. Aqui, abro um parêntese para Franciane Menezes, minha saudosa amiga. Guerreira, mulher de fibra que se tivesse completado o seu propósito poderia ter nos ajudado a explicar a funcionalidade do racismo no capitalismo contemporâneo. Na verdade, entender a fratura entre raça e classe talvez possamos compreender a persistência do racismo e suas metamorfoses. Não cabe, nos tempos atuais, ignorar a força do racismo na reprodução do capital. Não cabe na luta revolucionária o famoso “tapinha nas costas do/a companheiro/a”, dizendo “essa luta (a racial) é para depois”. Darei um exemplo do que estamos constatando. Vivemos grandes movimentações de rua, passe livre, pela carestia. Temas que unificam todo mundo! Depois do movimento pelo passe livre, ondas de mobilizações de rua ocorreram. Mas, algo em Salvador me surpreendeu, quando a Comunidade chamada Alto de Ondina fez uma manifestação em relação ao extermínio da população jovem negra local. Quem estava na manifestação eram negros, só tinham ali, no máximo, 50 (cinquenta) pessoas. Então, por que essa luta não sensibiliza? Por que a morte de negros não sensibiliza? Não, sensibiliza

porque nós somos vistos pela sociedade capitalista como marginais, como seres com menos valor, portanto, alvos fáceis dos aparelhos de repressão, da violência. Isto está no imaginário das pessoas. Nesse caso, acho que Milton Santos apontou a saída: “não esperem os negros rangerem os dentes”. Ou seja, a pobreza está aí. Nós somos os mais pobres, os mais miseráveis. O que está faltando é mostrar que existe um componente que coloca a população negra em desvantagem do ponto de vista do acesso? É o racismo! Agora se a esquerda branca não percebe isso, e nem se mobiliza para isso, sinto muito! A dor vai ser tanta, que uma hora as pessoas vão se rebelar contra isso! Vejo que isso é uma contradição que o próprio capitalismo criou, o próprio capitalismo não resolverá.

RACISMO INSTITUCIONAL

O racismo institucional é um fenômeno recentemente estudado. São poucas as pesquisas empíricas a respeito. Posso dizer que este racismo é estruturante das relações de dominação e das relações de conquistas de expansão territorial, colonialistas que se estabeleceu nas Américas e no mundo todo. Acho que esse tipo de racismo é difícil de ser identificado. Talvez em um onde a justiça vigore, no qual as instituições não estão moralmente corrompidas, e um controle social ativo, a população negra e outras etnias discriminadas tenham mais chance de denunciá-lo e judicializá-lo. Agora, em um país como o nosso, com o sistema Judiciário, o Legislativo comprometido, fica muito difícil dar visibilidade ao racismo institucional porque este racismo fere o acesso, viola direitos individuais e coletivos. Afeta não só a vítima, mas também, de certo modo, a todos que compartilham daquele espaço. Mas, uma das características do racismo institucional é a não presença do agente, porque ele está na norma.

UNIVERSIDADES PARA NEGROS

A Universidade Zumbi dos Palmares é uma universidade negra, feita para negros, a exemplo de algumas universidades americanas. Posso dizer de uma forma bem simples, eu preferia estudar na Universidade Zumbi dos Palmares do que em uma outra universidade branca, eurocêntrica e particular. A sociedade não questiona o projeto eurocêntrico das universidades brasileiras. Não cabe aqui questionar esse projeto simplesmente por ter sido criada por um empresário negro. Aqui o questionamento deve ser outro. Isso não me faz deixar de brigar

por ampliação das ações afirmativas para a população negra nas universidades públicas.

SER PROFESSOR NEGRO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Ser professora negra em uma universidade pública foi uma das experiências mais enriquecedoras que eu pude me permitir. Primeiro, porque essa experiência me ensinou a lidar com racismo. O racismo me ensinou alguma coisa: a criar estratégias de fortalecimento, de resistência. Obviamente não foram estratégias exclusivamente individuais. Mas, sobretudo, coletivas, para mostrar que é necessário ocupar este espaço de poder ainda muito embranquecido. Porque eu não acredito, e outros companheiros não-negros também, numa universidade sem movimento, desvinculada do movimento social mais amplo, da luta de classes. É importante um/a negro/a dentro da universidade branca, para mostrar a essa universidade branca que ela é etnocêntrica, que ela é eurocêntrica, racista, monocultural, tudo aquilo que a esquerda diz para não ser, com a qual vimos colaborando desde os anos de 1980. Ou seja mais de três décadas.

INFLUÊNCIA DA LITERATURA EUROPEIA, DOS INTELLECTUAIS NÃO-NEGROS

Sim, há grande influência! Se eu não lesse Rousseau, Weber e até mesmo o próprio Marx não conseguiria compreender a forma como eles, europeus, nos viram. Até a consciência da minha condição de trabalhadora negra, só pode se constituir pelo contraste. Então, vivemos em uma sociedade educada para o adestramento, para a submissão, a qual precisa de trabalhadores/as subalternizados. Do ponto de vista racial, todos nós fomos educados numa sociabilidade para sermos não-negros e sim brancos; não-mulheres empoderadas, mas mulheres dóceis. Estamos numa sociedade classista, sexista, homofóbica. Tudo que há é no sentido de manter as hierarquias e desigualdades. Nós só nos contrapúnhamos a isso quando começamos a entender como esses intelectuais produziram conhecimento sobre nós, sobre nós, mulheres, sobre nós, negros, sobre nós, indígenas. Isso faz parte de nossa história, faz parte da Diáspora. Não seria possível sermos diaspóricos se não tomássemos conhecimento dessas construções. Mas isso faz com que tenhamos uma posição crítica. A constatação do etnocentrismo e eurocentrismo vai fazer com que nós busquemos outros horizontes. Conhecer aqueles que são como nós.

Conhecer nossas referências cindidas pelo processo de escravidão; conhecer o pensamento africano, conhecer o pensamento de homens e mulheres intelectuais na Diáspora de modo que a partir desse conhecimento, tenhamos como horizonte uma sociedade e uma universidade mais diversas. Que passamos debater posições. Não tenho dúvidas sobre a contribuição do marxismo, do feminismo, do pan-africanismo, do renascimento africano, da luta pela descolonização africana, da luta de Zumbi. Não quero impor a minha posição, quero ter possibilidades de dialogar e debater, e, nesse debate, disputar o convencimento. Quero convencer, convencer é uma posição política.

9 de agosto de 2013
Magali da Silva Almeida